

Justiça em

Edição 37
ANO VII - outubro de 2013



REVISTA

publicação bimestral da Justiça Federal de Primeiro Grau em São Paulo

A3P

AGENDA AMBIENTAL
NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA



- SEGURANÇA NOS FÓRUNS
- PERFIL DE TAUBATÉ
- CONTROLE INTERNO
- CERTIDÕES DE DISTRIBUIÇÃO
- GESTÃO DO TEMPO
- LIVROS

Meus amigos,



Queremos aproveitar este espaço para lhes falar, mesmo que brevemente, sobre algumas das atividades que estamos desenvolvendo, seu status e nossa expectativa para os próximos (e últimos) meses de gestão.

O tempo é curto para o sem-número de necessidades. Trabalhamos contra ele e, no mais das vezes, é ele que ganha a partida. Ainda assim, seguimos firmes, por dever e por convicção, crendo que em muitos aspectos estamos dando passos expressivos.

O mês de setembro foi dedicado à finalização do processo de movimentação de servidores, preparatório do acesso dos “novos” – aqueles que, por força de aproveitamento, estão se inserindo em nossos quadros. Conseguimos, a custo de muito esforço de nosso RH, chegar a um bom termo: o máximo de servidores provenientes dos concursos do TRE e do TRT foram de fato aproveitados; senão todos, ao menos parte considerável dos servidores que precisavam ser relatados antes da entrada daqueles (os “novos”), foi efetivamente movimentada.

Por outro lado, com a intensa movimentação de juízes (por remoção e promoção), fomos colocados, mais uma vez, sob a contingência de processar novas relotações, num ir e vir de atividade quase que invencível. Trabalhamos, de todo modo, de maneira a fazer tudo o que podíamos para atender magistrados e servidores, cientes de que o bom funcionamento da Justiça demanda, com efeito, juízes e servidores minimamente satisfeitos em sua posição de trabalho.

Nesse contexto, a notícia da veiculação de nosso concurso, com a projeção de resultados práticos no início do próximo ano, é um alento e tanto: a solução efetiva de nossos claros virá finalmente, o que de certa forma é possível dizer também em relação aos cargos de magistrados, dada a constatada preocupação de nossa Presidência em dar máxima operatividade à ideia de concursos sucessivos. Temos, enfim, boas expectativas, dada a forma como o terreno, nesse assunto, vem sendo pavimentado.

Depois de anos, chegamos, por outra vertente, à definição da questão relativa a nosso arquivo/depósito central (que está sendo de fato desocupado), circunstância que vem impulsionando a aceleração de providências tendentes a aprimorar a forma como guardamos bens e processos. Com o necessário envolvimento de todos, Administração e Varas, estamos chegando a bons resultados, o que significa, para nós, não apenas a composição de um problema de agora, senão a definição de um novo modo de se tratar aquele passivo gigantesco, gerador de custos igualmente indomáveis.

Outro aspecto que nos parece merecedor de comentário diz com as atividades que estamos desenvolvendo no sentido de compor um problema muito sério em nosso quadro: o da saúde de nossos servidores. Primeiro de tudo: é preciso falar do assunto – e não ocultá-lo; mais do que isso: é preciso falar sobre ele no contexto apropriado – o da prevenção e não no âmbito repressivo. Esse é um giro cultural, aparentemente de pouca expressão – quando menos num primeiro momento; mas é o passo que, assim julgamos, redefinirá, para o futuro e com efetividade, a forma como nos relacionamos com esse problema. Nosso Núcleo de Saúde vem trabalhando nesse sentido, promovendo atividades que, a um só tempo, permitem a apuração de dados e repropõem a condução da questão.

A par disso tudo, seguimos trabalhando em duas outras frentes importantes, a da descentralização da Administração e a da reestruturação da DF, reequacionando suas práticas de modo a compor eventuais inchaços e, por outro lado, suprir os pontos deficientes. Essas frentes de trabalho não são fáceis, lhes confesso: o universo com que se mexe quando se cogita de descentralizar funções e de se rever a estrutura do Administrativo Central é gigantesco – gigantescas são, da mesma forma, as resistências a superar.

Temos convicção, de todo modo, no sentido de seguir com essa ideia adiante, até porque ela é um mote de nossa gestão. Se vamos conseguir colher frutos, desde logo, dessa revisão, já não é possível dizer; no mínimo, porém, o caminho estará aberto. ■

Paulo Cesar Conrado
Diretor do Foro

EXPEDIENTE

Juiz Federal Diretor do Foro

Paulo Cesar Conrado

Juízes Federais Vice-Diretores do Foro

Alessandra de Medeiros Nogueira Reis
Massimo Palazzolo

Diretor da Secretaria Administrativa

Rodrigo Corral

Diretor do Núcleo de Comunicação Social

Ricardo Acedo Nabarro

Seção de Multimídia e Audiovisual

Gerrinson Rodrigues de Andrade (supervisor)
Coaracy Caracas Soares Santos
Elizabeth Branco Pedro
Javã de Carvalho

Seção de Produção de Texto e Atendimento à Imprensa

Fernando Coleti (supervisor)
Jefferson Messias
Kátia Serafim

Estagiários

Igor de Francisci Gonzalez
Paula Spínola
Bárbara Alcalde de Lima

Contato: imprensa-jfsp@jfsp.jus.br
Telefones: (11) 2172-6175

Visite também a
versão virtual da revista em
<http://www.jfsp.jus.br/imprensa/>



Brigada de incêndio - Foi realizado no mês de julho, no Fórum Ministro Pedro Lessa, o curso de Formação de Brigada de Incêndio. Destinado para a capacitação da equipe de brigadistas da Justiça Federal de Primeiro Grau em São Paulo, o treinamento foi ministrado pelo diretor do Núcleo de Segurança e Transporte, Waldemir Vieira de Barros e pelo supervisor da Seção de Segurança e Vigilância Ismael de Assis.



Conselho Nacional do Ministério Público - No dia 12/8 o juiz federal Alexandre Berzosa Saliba (em destaque à direita da foto), diretor da Subseção de São Carlos/SP, tomou posse como conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) para o biênio 2013-2015. Alexandre Saliba é o primeiro magistrado da 3ª Região a ocupar uma vaga no CNMP.



São Carlos - Foi inaugurada no dia 2/8 a 1ª Vara-Gabinete do Juizado Especial Federal da Subseção Judiciária em São Carlos/SP. A instalação beneficia além dos habitantes do município, moradores das cidades de Brotas, Descalvado, Ibaté, Pirassununga, Porto Ferreira, Ribeirão Bonito, Santa Cruz da Conceição, Santa Cruz das Palmeiras, Santa Rita do Passo Quatro e Tambaú.



Novos Servidores - Tomaram posse, entre agosto e setembro na Seção Judiciária de São Paulo, 19 analistas e 47 técnicos que foram aproveitados dos concursos do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo e do Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região.



Santos - A Justiça Federal em Santos comemorou no mês de agosto 25 anos de existência. O evento contou com a presença do presidente do TRF3 Newton de Lucca, do prefeito da baixada Paulo Alexandre Barbosa e representantes do Poder Judiciário, membros do Ministério Público, deputados, vereadores e autoridades militares.



Responsabilidade ambiental - O juiz federal e diretor do Foro, Paulo Cesar Conrado assinou no dia 23/8, o Termo de Adesão ao programa de responsabilidade ambiental A3P "Agenda Ambiental na Administração Pública", do Ministério do Meio Ambiente.

PDG - Aconteceu em agosto a aula presencial do curso "Desafios da Liderança" para duas turmas de servidores gestores da JF/SP. Coordenado pelo NUES, o treinamento é destinado para capacitação daqueles que ocupam funções gerenciais.

Organização Pessoal e Gestão do Tempo

Uma iniciativa do Núcleo da Escola de Servidores – NUES, surgida em março deste ano, pretende levar a todas as Subseções Judiciárias de São Paulo a palestra “Organização Pessoal e Gestão do Tempo”, abordando, entre outros assuntos, a priorização, delegação, estabelecimento de metas e os principais desperdiçadores de tempo. “Nosso objetivo é transmitir a mensagem de que administrar o tempo é planejar a vida, porque tempo é vida”, afirma a diretora do NUES, Gisele Molinari Fessore.

O conteúdo da palestra foi desenvolvido pelos servidores Gisele Fessore e Sérgio Tinoco Filgueiras, como iniciativa para mudar alguns hábitos que podem prejudicar a organização da vida pessoal e profissional, também conhecidos como “ladrões do tempo”: eventos que acontecem e que têm o poder de nos distrair, muitas vezes sem darmos conta disso. Mensagens instantâneas, barulhos, telefonemas, o colega ao lado, tudo parece conspirar para minar a produtividade.

“Parece que não ter tempo virou uma epidemia mundial. Em verdade, quem tem tempo não é quem não faz nada, mas sim quem consegue administrar o tempo que tem de modo a poder fazer aquilo o que quer”, diz Gisele em sua apresentação. Mas por que algumas pessoas conseguem fazer muito enquanto outras não fazem nada? “Ser produtivo não é sinônimo de ser ocupado. O tempo é igual para todos, dispomos das mesmas 24 horas”, afirma.

“Viver com mais alegria, com mais prazer, gostar do que fazemos, cuidar de nós e das pessoas que amamos, enfim, tomarmos a responsabilidade por nossas vidas, são dicas importantes para se ter uma vida pessoal e profissional de realização”, acredita Gisele.

Para Sérgio Filgueiras, a pessoa bem organizada traz benefícios também para a instituição e a sociedade. “O tempo é um dos fatores importantes para termos eficácia, é universal, portanto igual para todos. Organizar o tempo é ter consciência do que faço e como faço. Analisar o próprio tempo é analisar o próprio trabalho e descobrir o que realmente é importante nele”.

Pesquisa realizada pelo especialista em gerenciamento do tempo e produtividade, Christian Barbosa, fundador da Triad Productivity Solutions (www.triadps.com), aponta três coisas que as pessoas mais adiam na vida por falta de tempo: esporte (67%), leituras (63%) e aprender outro idioma (44%).

No entanto, segundo ele, é possível realizar estas atividades sem grandes mudanças de hábito. “Escolha três atividades na sua rotina que possuem ‘gordura’ e reduza 15 minutos diários e três minutos adicionais de qualquer outra coisa. Isso dá por dia 48 minutos, no mês

1.440 minutos ou exatamente 1 dia a mais no calendário!”.

Outra dica interessante é classificar as atividades em três blocos de acordo com suas prioridades: urgente (onde o tempo está curto ou já acabou); importante (que tem importância na vida e traz resultado a curto, médio ou longo prazo) e circunstancial (tarefas desnecessárias, feitas por comodidade ou por serem socialmente apropriadas). Veja abaixo algumas opções:



Como fica claro nas palestras da Escola de Servidores, administrar bem o tempo envolve escolhas. É importante saber o que se quer, ter foco, concentração e objetivo. Falta de concentração, falta de planejamento e acomodação são atitudes consideradas desperdiçadoras de tempo.

Escola de Servidores vai ao interior

O deslocamento para as cidades do interior é uma oportunidade, também, para o NUES realizar um levantamento das necessidades de treinamento e capacitação nas diversas subseções do estado. Taubaté, Piracicaba, São José do Rio Preto e Jales já receberam a visita. Para setembro ainda estavam previstas incursões em Sorocaba, Tupã, Lins, Araçatuba, Andradina e Presidente Prudente.

“Este é um pedido do diretor do Foro para aproveitarmos a ocasião, colhendo as demandas locais e prestigiando as diferentes regiões da Seção Judiciária”, ressalta Gisele.





HARVARD UNIVERSITY

Harvard e MIT oferecem cursos grátis online

Cursos gratuitos, sem seleção, online, direto das melhores universidades americanas. Harvard University e Massachusetts Institute of Technology, MIT, juntas, disponibilizam uma plataforma online, EdX, com as melhores tecnologias de ensino acadêmico complementar. Direito, ciência, história, engenharia, negócios e ciências sociais são alguns dos temas abordados. As aulas são, geralmente, em inglês. Confira: www.edx.org, www.veduca.com.br



USP primeira da América Latina a usar Mooc – cursos gratuitos online

A Escola Politécnica (POLI) da USP, Universidade de São Paulo, foi a primeira universidade da América Latina a trabalhar com a estrutura MOOC (Massive Open Online Course). Os cursos de Probabilidade e Estatística e de Física Mecânica Básica, lançados juntos no portal Veduca*, teve mais de 14 mil inscritos. Outras universidades brasileiras, como UnB, Unicamp e Unesp, também participam do programa.

(*) Veduca é um portal que reúne universidades brasileiras e de vários países, com tradução em português. www.veduca.com.br

Festas Regionais Brasileiras

Conheça as festas de outubro que marcam a tradição de algumas regiões do país.

12/10 - Nossa Senhora, Aparecida do Norte/SP. Feriado nacional, que se comemora, desde 1978, o dia da padroeira do Brasil - www.santuarionacional.org.br/santuario/

3-20/10 - Oktoberfest, Blumenau/SC. Música, dança, cerveja e gastronomia alemã - www.oktoberfestblumenau.com.br/a-festa/programacao -

13-27/10 - Círio de Nazaré, Belém/PA. Celebrado desde 1793, esta festa religiosa é uma das mais famosas do mundo. www.ciriodenazare.com.br

Contribuições para o futuro Museu Ferroviário Nacional

Está aberta até 22 de setembro de 2013, a Consulta Pública para a criação do Museu Ferroviário Nacional, MFN, no Rio de Janeiro. O projeto visa a restauração da Estação Ferroviária de Leopoldina, conhecida como Estação Barão de Mauá, e também a coleta de documentos, fotografias e peças de valor histórico, dispersos pelo Brasil.

O espaço cultural tem como objetivo divulgar a memória ferroviária brasileira. Acesse, <http://www.transportes.gov.br/conteudo/86349>



Se você se interessa por museus, o Instituto Brasileiro de Museus (Ibram/MinC) disponibiliza um guia com dados de cada um dos 3.118 museus brasileiros, sendo 23, virtuais. Acesse, <http://www.museus.gov.br/publicacoes-e-documentos/guidas-museus-brasileiros-2/>



Pequenos corações Cardiopatias congênitas

Elizabeth Branco Pedro



A Cardiopatia Congênita é uma alteração na função ou estrutura do coração, que acontece quando o coração do bebê se forma, nas primeiras oito semanas de gestação. No mundo, nascem anualmente 130 milhões de bebês com alguma alteração no coração. No Brasil* são 23 mil bebês cardiopatas, sendo que pelo menos 80% precisarão de uma cirurgia cardíaca.

Um diagnóstico pré-natal possibilita o direcionamento para um hospital especializado em cardiopatas e o início de um tratamento adequado. O "Teste do Coraçõzinho", realizado em diversas maternidades brasileiras, também é uma ferramenta de rastreamento.

O servidor Jair Gibim Gonçalves Junior, da 1ª Vara Federal em Bragança Paulista/SP, descobriu a cardiopatia congênita (síndrome do coração hipoplásico) em seu filho Guilherme Vitor (foto), de cinco anos, no exame pré-natal. Com tratamento clínico/cirúrgico e internações, hoje apresenta um quadro estável.

Voluntário da Associação de Assistência à Criança Cardiopata – Pequenos Corações, Jair sabe da importância de um suporte psicológico e emocional aos pais e familiares da criança cardiopata. "É um sofrimento, que desaparece ao ver o filho sorrindo. Um lindo trabalho que é realizado pela

Pequenos Corações", cita Jair.

A ONG foi oficializada em 2010 por Marcia Adriana Rebordões, advogada, depois da perda de seu filho, junto com outras três mães. Localizada em São Paulo, próximo aos hospitais Beneficência Portuguesa e Hospital do Coração, Hcor, recebe mães de qualquer região do Brasil. Orientações, apoio, hospedagem enquanto as crianças estão internadas, são ações da Associação. Sem fins lucrativos, depende dos associados e de doações. Mais informações: tel. (11) 2778-0011, (11) 96423-8085, e-mail contato@pequenoscoracoes.com, ou acesse www.pequenoscoracoes.com.

*dados do 38º Congresso Brasileiro de Cardiologia, 2011

A3P NA JUSTIÇA FEDERAL

A Justiça Federal de Primeiro Grau em São Paulo (JF/SP), preocupada em fortalecer ainda mais a luta pela preservação e melhoria do meio ambiente, aderiu em agosto deste ano à "Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P", do Ministério do Meio Ambiente.

Reconhecida pela Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) devido à relevância do trabalho desempenhado e dos resultados positivos obtidos ao longo do seu desenvolvimento, a A3P é um programa que se constitui no principal incentivo do Governo Federal de inserção dos princípios da responsabilidade socioambiental nas atividades administrativas e operacionais do Poder Público.

A A3P tem a finalidade de promover referenciais de sustentabilidade e critérios socioambientais nas atividades do setor público. É uma iniciativa que demanda o engajamento individual e coletivo, a partir do comprometimento pessoal e da disposição para a incorporação dos conceitos que promovam a mudança de hábitos.

É por meio da instituição da A3P que a Administração Pública vem contribuindo no enfrentamento das questões ambientais, promovendo a educação ambiental e conscientização das pessoas e divulgando experiências que deram certos entre os mais de 185 órgãos públicos que já fazem parte desse programa.

Na Justiça Federal

Para conduzir as ações que serão desenvolvidas na Seção Judiciária de São Paulo, com o objetivo de cumprir os compromissos assumidos quando da assinatura do Termo de Adesão, foi constituída uma comissão de acompanhamento coordenada pelas juízas federais Giselle de Amaro e França e Gisele Bueno da Cruz e que conta com a participação dos servidores Amauri Miranda de Jesus, Aparecida Ramos e

Gisele Fessore.

"A gestão ambiental é um diferencial na formação da imagem das empresas do setor privado e no setor público não poder ser diferente. A construção de uma boa reputação depende não só de uma atuação competente, ética e eficiente, mas também engloba a minimização dos danos socioambientais, pois demonstra o engajamento do Judiciário com as questões latentes na sociedade", declarou a juíza Giselle Amaro.

Ao aderir à Agenda, a Justiça Federal de Primeiro Grau em São Paulo compartilhará diversas ações implantadas em outros órgãos públicos que poderão auxiliar nas ações a serem desenvolvidas com magistrados, servidores e profissionais terceirizados. Toda essa troca de informações é promovida pelo Ministério do Meio Ambiente, por meio de um intercâmbio de estratégias inovadoras que repensam os atuais padrões de produção e consumo.

"A adesão ao Programa é muito importante para nossa instituição, pois promoverá o alinhamento com as ações de responsabilidade socioambiental empreendidas por demais órgãos públicos e privados, além de trazer para a prática cotidiana temas relevantes como a gestão ambiental e o consumo consciente e responsável", disse Gisele Fessore.

Campanhas de Informação

Para incentivar a adoção de práticas sustentáveis, a campanha de conscientização começou desde a convenção em comemoração ao Dia do Servidor Público - edição 2012, sob o título "Consumo Sustentável e Responsabilidade Socioambiental: Desenvolvendo a Cidadania Organizacional", com palestras, vídeo e oficina sobre sustentabilidade.

"Com a adesão à A3P o tema ganha força na edição 2013 do evento,

onde teremos atividades como: concurso de boas práticas, stands, vídeos e palestras sobre sustentabilidade", declarou Aparecida Ramos.

Curso

Uma outra ferramenta que já está sendo utilizada é o curso "Direito Ambiental e Práticas Sustentáveis na Administração Pública", ministrado



na modalidade ensino a distância. O treinamento é uma continuidade do trabalho de conscientização que está sendo realizado na Seção Judiciária de São Paulo, e tem contribuído para fomentar o debate sobre a importância da implementação da gestão ambiental na instituição, representando um importante espaço para compartilhamento de práticas sustentáveis e apresentação de propostas sobre o tema. Desde março o curso já foi realizado por 175 servidores e novas turmas estão sendo formadas durante o segundo semestre.

Expectativa

Todas essas ações englobam um conjunto de iniciativas que estimulam o uso eficiente de recursos, por meio da conscientização e engajamento de todos da JF/SP na mudança de comportamento, tanto no ambiente de trabalho quanto em casa.

“Muitas deverão ser as mudanças de comportamento, mas a principal delas é o comprometimento com a questão ambiental. Vamos em conjunto assumir a real necessidade de diminuir o consumo e o descarte indiscriminado de materiais que possam ser reaproveitados, essa será a principal mudança de comportamento”, afirmou Amauri de Jesus.

Para a juíza Gisele Bueno, a

expectativa é que com a união das atitudes individuais os reflexos sejam significativos em prol de um bem comum, que é a preservação do meio ambiente. “Na verdade, o que se espera são pequenas mudanças de hábitos que, somadas, representem ganhos importantes, tais como: redução do uso de papel, com a impressão em frente e verso e o não descarte de papéis que possam servir como rascunho; redução do uso de cartuchos de tinta, com manutenção programada das impressoras; redução do consumo de energia, fechando-se as portas ao ligar o ar condicionado, aproveitando-se os recursos naturais de iluminação e ventilação; redução do uso de materiais diversos; aumento do volume de material separado para reciclagem”.

Como juízes e servidores poderão contribuir com ideias de ações sustentáveis?

Está disponível na plataforma Moodle a “Enquete para Servidores”, que busca fazer o mapeamento da realidade institucional e das necessidades de gestão ambiental de cada fórum e subseção judiciária. Todos os servidores podem participar acessando ead.trf3.jus.br > login e senha da rede (no canto superior direito) > Enquete para Servidores.

No segundo semestre de 2013, foi disponibilizado também na plataforma Moodle o Fórum A3P, aberto à participação de todos os servidores e magistrados para debater e compartilhar ideias e práticas, bem como para formulação de propostas de soluções socioambientais para cada subseção judiciária.

Para conhecer estes e outros projetos, acesse www.jfsp.jus.br/a3p

A adesão da Seção Judiciária de São Paulo ao programa de responsabilidade ambiental A3P gera os seguintes compromissos:

- 1) Criação de comissão responsável pela implementação de ações para melhoria do desempenho socioambiental da JF/SP.
- 2) Realização de diagnóstico socioambiental inicial a fim de identificar os aspectos mais relevantes para a instituição.
- 3) Elaboração de metas e ações estratégicas, tais como redução do consumo de materiais, reaproveitamento de materiais, redução do consumo de energia e de água, etc.
- 4) Criação de um cronograma para implementação das referidas metas e ações.
- 5) Desenvolvimento de metodologia para avaliação do desempenho da instituição.
- 6) Substituição de materiais que gerem risco à saúde ou integridade dos servidores.
- 7) Avaliar periodicamente os resultados para reavaliar as ações, se necessário.
- 8) Desenvolvimento de programas de formação de educadores socioambientais.
- 9) Elaboração de relatórios explicitando as ações implementadas e os resultados obtidos de forma qualitativa e quantitativa, bem como estabelecimento de metas futuras para continuidade do projeto.

NOVO SISTEMA FACILITA EMISSÃO DE CERTIDÕES

Quando uma empresa contrata um novo funcionário, é muito comum ela solicitar certidões de distribuição de processos da Justiça (Federal e Estadual). Estas certidões, nada mais são que uma pesquisa feita no sistema processual em que se verifica a existência ou não de ações judiciais contra o nome e CPF (ou CNPJ) informados no pedido.

Além disso, a entrega dessas certidões pode ser requisitada também para outras finalidades como na compra e venda de imóvel, aprovação em concurso público, solicitação de porte de arma, entre outras.

Qualquer pessoa pode solicitar as certidões da Justiça Federal. O pedido e a emissão são feitos pela internet, no site da Justiça Federal (www.jfsp.jus.br > Certidões > Solicitar Certidão). Desde o segundo trimestre deste ano, todos os pedidos informando nome e CPF ou CNPJ são gerados e disponibilizados no momento da solicitação via online.

"Essa é uma grande mudança que ocorreu em nosso sistema. Até o

dia 4 de abril deste ano, somente as certidões 'nada consta' eram expedidas de forma automática. Quando o sistema detectava qualquer processo, o pedido era bloqueado e enviado para análise. Desde então, quando constar processos com o CPF idêntico ao número cadastrado no processo, a certidão é imediatamente exibida e disponibilizada para impressão", afirmou Eliana da Silva, supervisora da Seção de Expedição de Certidões - SUEC, do Núcleo de Apoio Judiciário.

Agora, somente quando a solicitação é feita sem informar CPF ou CNPJ é que o processo segue para análise da SUEC.

"Nesses casos, a emissão será bloqueada, vai gerar um pedido, que será enviado para a Central de Certidões para análise e a certidão estará disponível para impressão em até três dias úteis", acrescenta Eliana.

Sendo assim, todos os pedidos são expedidos instantaneamente ou em três dias úteis. A única exceção é com relação a pedidos com grande quantidade

de processos que inviabilizam a expedição, como a Caixa Econômica Federal, por exemplo.

Para que estas melhorias na expedição das certidões pudessem ser implantadas, a Seção de Expedição de Certidões regularizou sua base de dados com a inclusão de CPF e CNPJ faltantes em processos. Este procedimento é feito diariamente, sempre que um novo número de CPF é encontrado. Além disso, foi solicitado às varas que façam a inclusão destas informações na base de dados.

Caso haja dúvidas no preenchimento da solicitação de certidões, o site da Justiça Federal disponibiliza um tutorial prático para os requerentes. Inclusive, há a possibilidade de consultar o andamento do pedido para aqueles em que não houver expedição automática.

Além do gerenciamento das certidões pela internet, a SUEC também presta atendimento a magistrados e autoridades policiais quando solicitam certidões judiciais para instrução de processos. ■

Os resultados com o novo sistema de expedição de certidões de distribuição podem ser verificados nas estatísticas. Nos três primeiros meses de 2013, antes da mudança, cerca de 26 mil pedidos foram bloqueados para análise, uma média de quase 9 mil/mês. Nos quatro meses seguintes, o número caiu para cerca de 6 mil, com média de 1,6 mil/mês.

Outros tipos de certidões:

Certidão por Solicitação Judicial: somente pode ser requisitada pelo juízo para instrução de processos e dela deve constar todas as ações em que o investigado for parte, inclusive de processos já arquivados.

Certidão para fins eleitorais: informa se o requisitante faz parte de alguma ação criminal no âmbito da Justiça Federal. Somente pode ser solicitada por candidatos a cargos eletivos.

Certidão de objeto e pé ou de breve relato: informa qual o assunto (objeto) que esta sendo discutido no processo e em que fase (pé) encontra-se a discussão. É elaborada pela secretaria da vara judicial a pedido da parte.

Certidão de inteiro teor: informa os principais atos judiciais do processo. É elaborada pela secretaria da vara judicial a pedido da parte.

FEDERAL
Justiça de São Paulo

> Certidões > Certidões - Emissão on-line

Certidões - Em

Emissão de Certidão ON-LINE
Obs: Válido para Certidões de Distribuição e para fins eleitoral
Acesse o Tutorial de Ajuda para saber como emitir a sua certidão

Certidão On-Line - JFSP

JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU EM SÃO PAULO
Requerimento e Emissão de Certidão

Nome

Personalidade CPF/CNPJ

Tipo

Informe os Números ao Lado

Caso não esteja visualizando a Imagem:

Gerar Certidão Limpar Sair

PROTEÇÃO CONTRA INCÊNDIO NOS FÓRUNS

Diariamente, centenas de pessoas transitam pelos fóruns e prédios da Justiça Federal em São Paulo. Além do público externo, há um grande número de servidores, juízes, estagiários e funcionários terceirizados que trabalham nesses locais.

Em função disso, existe a necessidade permanente de garantir a segurança dos que se encontram nas dependências da JF. Medidas importantes como a de possibilitar a saída dos usuários em caso de incêndio, prevenir acidentes e facilitar as ações de socorro público podem fazer a diferença quando o assunto é a proteção da vida.

Para cumprir com esses objetivos e proporcionar um nível adequado de segurança em todos os prédios da Seção Judiciária de São Paulo, foi expedida em julho deste ano a Ordem de Serviço n.º 0061982/2013, da Diretoria do Foro. Nela também estão disciplinados os procedimentos para a obtenção e manutenção do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB).

Esse documento é emitido para certificar que o imóvel está protegido sob a ótica de segurança contra incêndio. Para obter ou manter a validade do AVCB, há uma série de ações que precisam ser tomadas, dentre elas: o projeto técnico de segurança da edificação; instalação da central de alarme contra incêndio; presença de extintores; rede de hidrantes; saídas de emergência; curso específico de brigada de incêndio e elaboração do plano de abandono do prédio.

O juiz federal Paulo Cesar Conrado, diretor do Foro da Seção Judiciária de São Paulo, relatou o que tem sido feito pela Administração nesse sentido: "Iniciamos um trabalho sério, de elevado custo, para adequarmos as unidades da capital e do interior com equipamentos e treinamento especializado. É fundamental prover nosso público e as edificações de um conjunto de medidas para a segurança contra incêndio".

Brigada de Incêndio

Diversas equipes de brigadistas têm sido treinadas em suas respectivas subseções judiciárias no estado de São Paulo. Nos meses de julho e agosto deste ano, servidores dos Fóruns da capital (Execuções Fiscais, Juizado Especial Federal, Cível, Criminal/Previdenciário) e da Subseção de Guarulhos participaram dos cursos de formação e reciclagem de Brigada de Incêndio e Primeiros Socorros. Até o fim do ano estão previstos treinamentos para outras cidades.

Já a Subseção de Santos realizou no mês de maio uma simulação de abandono que envolveu toda a equipe de brigadistas, juízes, servidores e o público externo. A simulação durou 6 minutos e foi considerada um sucesso. Para finalizar o treinamento, a equipe realizou uma reunião onde foram destacados todos os detalhes para melhorar a atuação no caso de um incidente real.

"No curso de brigada abordamos o que é um plano de abandono e buscamos as soluções para os problemas de cada edificação. Após o treinamento, esse plano é passado a todos os brigadistas e servidores para que tenham o conhecimento de como cada um deve agir para sair com segurança do prédio",

explica Ismael de Assis, do Núcleo de Segurança e Transporte (NUSE) do Administrativo Central.

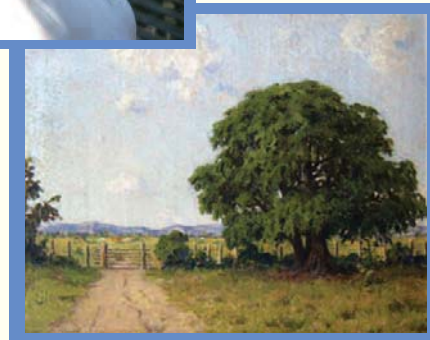
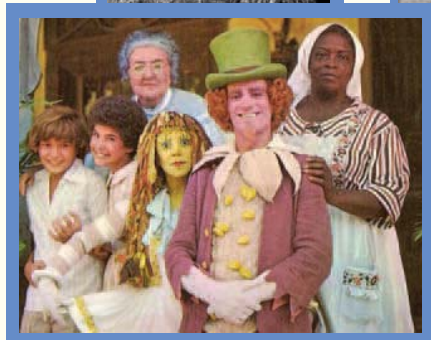
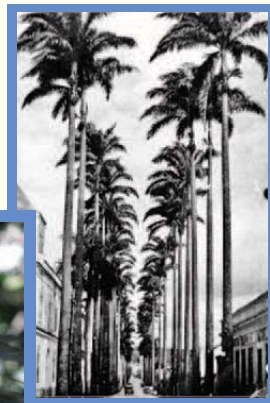
"Temos notado uma resposta positiva aos treinamentos, pois os participantes identificam que a maioria das ações necessárias para trabalharmos com a prevenção são atitudes diárias, que dependem de uma mudança de hábitos, e que em casos de necessidade, somos nós, os ocupantes do prédio que temos mais condições de atuar de forma positiva para evitarmos a perda de vidas", afirma Waldemir Vieira de Barros, diretor do NUSE.

De acordo com a Ordem de Serviço, após a expedição do AVCB os Núcleos de Apoio Administrativo dos fóruns serão responsáveis por garantir a manutenção desta certificação. Os setores do Administrativo Central atuarão dando apoio às administrações regionais buscando manter todos os prédios com as condições necessárias de segurança contra incêndio.

Com a adoção dessas medidas, a Justiça Federal em São Paulo garante a proteção das pessoas e das edificações ao mesmo tempo em que cumpre sua função Constitucional perante a população. ■

TAUBATÉ

Uma cidade com rica história e filhos ilustres: o paisagista Clodomiro Amazonas, o ator Mazzaropi, o escritor Monteiro Lobato, a apresentadora Hebe Camargo, o escultor Francisco Leopoldo e Silva, entre outros



O nome Taubaté corresponde a uma variação do vocábulo "taba-ibaté", que na língua tupi significa "aldeia que fica no alto". Fundado pelo bandeirante Jacques Félix por volta de 1640, foi o primeiro núcleo de povoamento do Vale do Paraíba. Entre 1690 a 1715, Taubaté destacou-se na história nacional como importante centro de atividades bandeiristas.

Em meados do século XVIII, tornou-se um grande centro de café com muitas fazendas produtoras. Em 1842, devido ao seu tamanho e importância na região, Taubaté recebeu do barão de Monte Alegre o título de cidade.

É dessa época a fundação do Convento de Santa Clara, que passou a ter uma grande importância para desenvolvimento local, através de suas atividades religiosas, educativas e assistenciais.

Durante a Guerra do Paraguai em 1865, Taubaté contribuiu com subscrições em dinheiro e voluntários para as frentes de combate. No ano de 1891, a cidade teve uma de suas primeiras indústrias, a Companhia Taubaté Industrial, onde se fabricavam tecidos brancos e finos de algodão, que eram vendidos para grande parte do Brasil.

Na década de 1940, a cidade teve oportunidade de participar de vários acontecimentos históricos que envolveram a nação brasileira enviando para os campos de combate da Itália, dezenas de jovens taubateanos que integraram a Força Expedicionária Brasileira, durante a 2ª Guerra Mundial.

Atualmente, Taubaté se encontra como um importante centro industrial do Vale do Paraíba, contando com numerosas indústrias de pequeno, médio e grande porte; o parque industrial metalúrgico, automobilístico, além de uma vasta área rural.

Justiça Federal

Em 2 de março de 2001, o então presidente do TRF3, desembargador federal José Kallas, inaugurou em Taubaté a 21ª Subseção Judiciária da Justiça Federal de São Paulo. Hoje o Fórum se localiza na av. Independência n.º 841, com uma área construída de aproximadamente 1.800 metros quadrados.

A Subseção contém duas varas, com 38 servidores, 30 estagiários, 21 terceirizados e quatro juízes. A juíza federal Marisa Vasconcelos atua como

diretora da 21ª Subseção.

Atualmente há mais de 16 mil processos em tramitação. Nos últimos doze meses foram recebidos 4 mil processos. Desde o início de funcionamento do Fórum esse número tem variado entre 4 mil a 5 mil processos por ano.

Devido ao crescimento socioeconômico da região do Vale do Paraíba, a demanda pela Justiça Federal tem aumentado, sobretudo em relação às causas de natureza previdenciária, fiscal e relacionadas ao sistema financeiro nacional.

Os processos previdenciários e as execuções fiscais correspondem por aproximadamente 80% do movimento processual.

Em novembro de 2010, foi realizada a instalação da 2ª Vara Federal, pelo então presidente do TRF3 Roberto Haddad.

A 21ª Subseção Judiciária abrange 11 cidades: Campos do Jordão, Jambuí, Lagoinha, Natividade da Serra, Pindamonhangaba, Redenção da Serra, Santo Antônio do Pinhal, São Bento do Sapucaí, São Luiz do Paraitinga, Taubaté e Tremembé. ■

DIRETORIA DO FORO – DFOR

NÚCLEO DE CONTROLE INTERNO

Subordinado à Diretoria do Foro, é responsável pelos exames dos processos administrativos da execução orçamentária e financeira, licitações, contratos administrativos celebrados, entre outros. Além disso, também faz entre outras tarefas, o acompanhamento da execução financeira dos contratos, a análise dos processos contábeis, avaliação a execução dos programas de trabalho dos contratos, convênios e outros.

O Núcleo é composto por três seções: Seção de Verificação e Análise de Pessoal, Seção de Acompanhamento Contábil, e Seção de Análise de Licitações e Contratos.

Veja a seguir algumas de suas atribuições:

Seção de Verificação e Análise de Pessoal

- Tem a função de analisar os atos de admissão, aposentadoria e pensão, prontos para admissão e emite pareceres sobre a legalidade dos referidos atos para serem encaminhados ao TCU para fins de registro. Além de cumprir diligências do TCU também analisa a posteriori os pagamentos por exercícios findos, como substituição de função comissionada, auxílio moradia, etc.

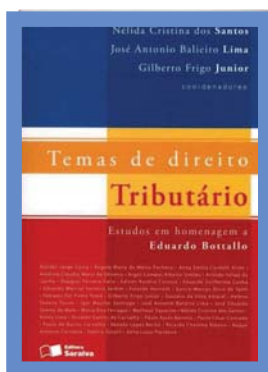
Seção de Acompanhamento Contábil

- É responsável pela análise e acompanhamento dos lançamentos contábeis diários no SIAFI; informações e esclarecimentos sobre impostos, taxas, contribuições, bem como as retenções e recolhimentos respectivos; emite pareceres e orientações relacionadas às atividades financeiras, contábeis e administrativas, além de analisar os processos de compras diretas: Suprimentos de Fundos.

Seção de Análise de Licitações e Contratos

- É a área competente por analisar processos de repactuação, reajustes e revisões contratuais; acompanhar a execução financeira dos contratos; prestar informações sobre assuntos relativos a licitações e contratos; dar suporte nas atividades de auditorias e fazer o acompanhamento da elaboração da prestação de contas e compilação dos dados para elaboração das peças complementares à prestação de contas da Unidade Gestora.

LIVROS



TEMAS DE DIREITO TRIBUTÁRIO – Estudos em homenagem a Eduardo Bottallo

Editora: Saraiva Coordenadores: Nélida Cristina dos Santos, José Antonio Balieiro Lima e Gilberto Frigo Júnior

O juiz federal Renato Lopes Becho, da 10ª Vara de Execuções Fiscais de São Paulo é um dos autores do livro que homenageia o professor e jurista Eduardo Bottallo. A obra traz trinta artigos com reflexões acerca da temática tributária, permeando a teoria e a prática, a doutrina e a jurisprudência.

DIREITO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

Editora: Editora Rede Coordenador: Léo da Silva Alves

O livro é uma coletânea organizada por Léo da Silva Alves. Os temas tratados trazem enfoques novos, não tratados na bibliografia convencional, que permitem uma visão atualizada para a qualidade dos processos disciplinares.

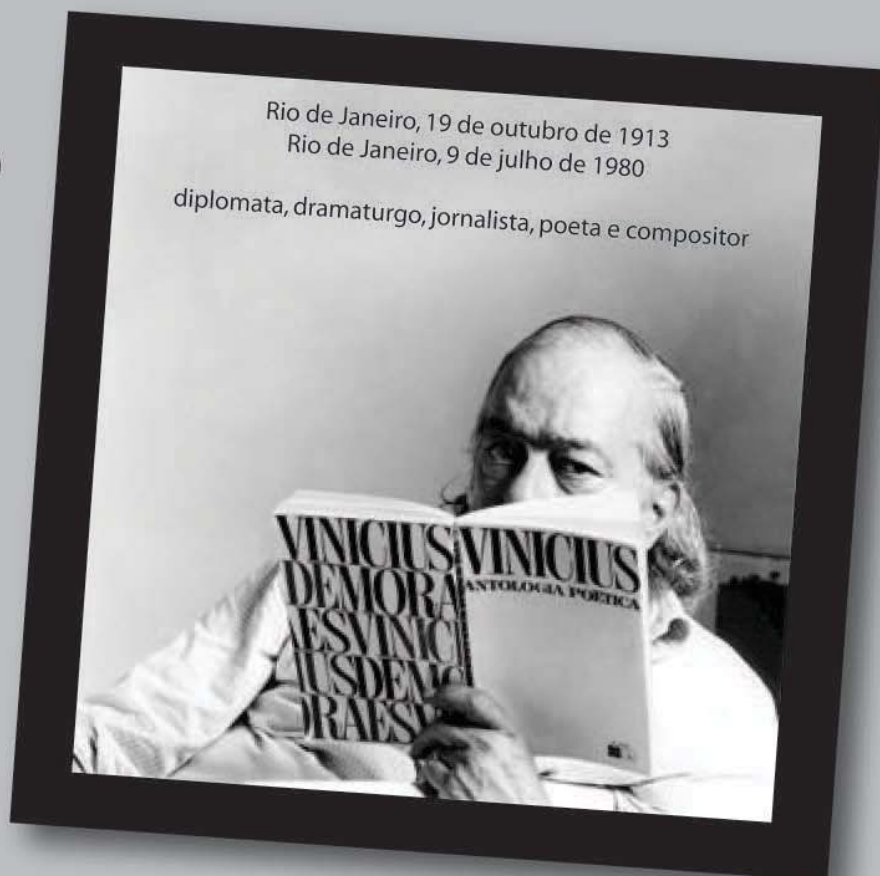


ERRATA

Na matéria "Central de Hastas Públicas", da edição n.º 36, foi informado erroneamente que a diretora da CEHAS na época em que ocorreu o leilão dos carros da Administração da JF/SP era a servidora Alessandra Oliveira Júlio. Na ocasião, o diretor era o servidor Marco Aurélio de Freitas Afonso.

em
**19 de outubro
de 2013**

**Um século
de
Vinicius
de Moraes**



Tem dias que eu fico pensando na vida
E sinceramente não vejo saída
Como é por exemplo que dá pra entender
A gente mal nasce e começa a morrer
Depois da chegada vem sempre a partida
Porque não há nada sem separação

Sei lá, sei lá
A vida é uma grande ilusão
Sei lá, sei lá
A vida tem sempre razão

A gente nem sabe que males se apronta
Fazendo de conta, fingindo esquecer
Que nada renasce antes que se acabe
E o sol que desponta tem que anoitecer
De nada adianta ficar-se de fora
A hora do sim é o descuido do não

Sei lá, sei lá
Só sei que é preciso paixão
Sei lá, sei lá
A vida tem sempre razão



JUSTIÇA FEDERAL